

RTA-044-2016

**Cooperativa Central de Economia e
Crédito Mútuo das Uniced's do Estado
de São Paulo – Uniced Central SP**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2015 e de 2014 e o
Relatório dos Auditores Independentes**

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	8
1 Contexto operacional	8
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	8
3 Caixa e equivalentes de caixa	12
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	12
5 Títulos e valores mobiliários.....	13
6 Relações interfinanceiras - ativo	14
7 Operações de crédito	15
8 Outros créditos.....	16
9 Investimentos.....	16
10 Imobilizado de uso	17
11 Relações interfinanceiras – passivo	17
12 Outras obrigações	18
13 Patrimônio líquido.....	20
14 Outros dispêndios administrativos	21
15 Outros ingressos operacionais	22
16 Instrumentos financeiros	22
17 Seguros contratados	23
18 Partes relacionadas	23
19 Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil.....	24
20 Índice da Basiléia.....	25
21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa	25

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

As Associadas e Administradores da
**Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo
das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP**
São Paulo SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo Ltda. – Unicred Central SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto SP, 5 de fevereiro de 2016.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior

Contador CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Uniced's do Estado de São Paulo – Uniced Central SP

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>		<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		732.857	575.617	Circulante		766.650	563.171
Disponibilidades	3	2	1.990	Relações interfinanceiras	11	762.433	554.163
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	25.640	Outras obrigações	12	4.217	9.008
Títulos e valores mobiliários	5	696.620	532.483				
Relações interfinanceiras	6	27.168	6.484	Não circulante		256	245
Operações de crédito	7	8.437	7.898	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	8	627	1.105	Outras obrigações	12	256	245
Outros valores e bens		3	17				
Não circulante		64.538	15.013	Patrimônio líquido	13	30.489	27.214
Realizável a longo prazo				Capital social		28.710	24.735
Títulos e valores mobiliários	5	40.065	-	Reserva legal		562	553
Operações de crédito	7	11.411	8.996	Reservas de sobras		1.139	1.419
Outros créditos	8	864	840	Sobras acumuladas		78	507
Investimentos	9	11.686	4.662				
Imobilizado de uso	10	319	455				
Intangível		193	60				
Total do ativo		797.395	590.630	Total do passivo e patrimônio líquido		797.395	590.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	Nota	2015	2014
		2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Ingressos de intermediação financeira		54.164	94.396
Operações de crédito		1.086	1.283
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.035	11.872
Títulos e valores mobiliários		50.043	48.347
Dispêndios da intermediação financeira		(53.127)	(92.214)
Operações de captação no mercado		(52.971)	(58.955)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7d	(156)	(406)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.037	2.182
Outros ingressos (dispêndios) operacionais		(1.428)	(2.880)
Ingressos de prestação de serviços		99	876
Dispêndios de pessoal e honorários		(3.352)	(5.486)
Outros dispêndios administrativos	14	(1.233)	(3.301)
Outros dispêndios operacionais		(20)	(11)
Outros ingressos operacionais	15	3.078	6.352
Resultado operacional		(391)	571
Resultado não operacional		439	791
Sobras antes da participação no resultado		48	786
Participação no resultado		-	(192)
Sobras do semestre/ exercícios		48	594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
			Reserva de expansão	Reserva especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2014	21.692	494	811	-	957	23.954
Constituição de reserva	-	-	820	-	(820)	
Fundo de assistência técnica, educacional e social – Fates	-	-	-	-	(56)	(56)
Baixas de capital	(639)	-	-	-	-	(639)
Integralizações de capital	3.682	-	-	-	-	3.682
Ajuste de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(79)	(79)
Utilização de reserva	-	-	(212)	-	-	(212)
Sobra do exercício	-	-	-	-	594	594
Reserva legal	-	59	-	-	(59)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	24.735	553	1.419	-	507	27.214
Constituição de reserva	-	-	-	507	(507)	-
Integralizações de capital	3.975	-	-	-	-	3.975
Utilização de reservas	-	-	(595)	(192)	-	(787)
Sobra do exercício	-	-	-	-	93	93
Reserva legal	-	9	-	-	(9)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.710	562	824	315	78	30.489
Saldos em 1º de julho de 2015	28.710	553	1.106	463	45	30.877
Integralizações de capital	-	-	-	-	-	-
Utilização de reservas	-	-	(282)	(148)	-	(430)
Sobra do semestre	-	-	-	-	48	48
Reserva legal	-	9	-	-	(9)	-
Fates – atos associados	-	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.710	562	824	315	78	30.489

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	2015	2014	
	2º semestre	Exercício	
	Exercício	Exercício	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	67.117	131.441	115.605
Sobra ajustada do semestre/exercícios	154	349	798
Sobra do semestre/exercícios	48	93	594
Equivalência patrimonial	-	-	(79)
Depreciações e amortizações	97	238	280
Baixas do imobilizado de uso	9	18	3
(Aumento) nos ativos	(56.791)	(72.398)	(7.073)
Títulos e valores mobiliários	(48.832)	(48.832)	-
Relações interfinanceiras	9.507	(21.080)	1.446
Operações de crédito	(17.144)	(2.954)	(7.655)
Outros créditos	(322)	468	(864)
Aumento (redução) nos passivos	123.754	203.490	121.880
Relações Interfinanceiras	125.023	208.270	122.557
Outras obrigações	(1.269)	(4.780)	(677)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(127)	(7.277)	(198)
Aumento de investimentos	-	(7.024)	(111)
Aquisições de imobilizado de uso	(32)	(82)	(43)
Aumento do intangível	(95)	(171)	(44)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(436)	3.182	2.745
Integralizações de capital	-	3.975	3.682
Baixas de capital	-	-	(639)
Utilização de reservas	(430)	(787)	(212)
Fates	(6)	(6)	(86)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	66.554	127.346	118.152
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	621.426	560.634	442.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	687.980	687.980	560.634
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	66.554	127.346	118.152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's do Estado de São Paulo – Unicred Central SP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo Ltda. – Unicred Central SP tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Cooperativa é filiada à Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil).

A Cooperativa está sediada em São Paulo SP, com sua área de atuação no Estado de São Paulo. Tem seus dispêndios ressarcidos por suas associadas (cooperativas singulares).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do CMN e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 5 de fevereiro de 2016.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

b.4 Títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações por nível de risco.

b.6 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.7 Investimentos

Representados, substancialmente, por participação na Confederação das Unicreds avaliada pelo custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Demonstrados pelo valor dos gastos, amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

Registradas pelo montante dos recursos das associadas (cooperativas singulares) centralizados pela Cooperativa, e inclui os encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 33.793. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 52.084. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 18.291.

b.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Bacen.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Às disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN 3.604/2008.

Descrição	2015	2014
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	2	1.990
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	25.640
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	687.853	532.483
Créditos vinculados (nota 6)	-	442
Cheques maiores remetidos a outros bancos (nota 6)	125	79
	<u>687.980</u>	<u>560.634</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição financeira	Descrição	2014
Bancoob	Depósitos interfinanceiros	<u>25.640</u>

Essas aplicações são remuneradas à taxa de 100% do CDI. No exercício de 2015 foram registrados rendimentos em resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 4.718 (R\$ 11.872 em 2014).

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2015		2014
	Circulante	Não circulante	Circulante
Letras Financeiras do Tesouro (i)	8.767	40.065	37.152
Cotas de fundos de curto prazo	6.403	-	169.918
Cotas de fundos referenciados	6.162	-	5.754
Cotas de fundos de renda fixa (ii)	675.288	-	319.659
	696.620	40.065	532.483

(i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas a Selic, vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente.

(ii) Referem-se a títulos de renda fixa aplicados em fundos de diferentes instituições financeiras. A concentração na maior instituição representa 64% do valor total investido. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os títulos podem ser resgatados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa.

Essas aplicações são remuneradas em média à taxa de 100% do CDI. No exercício de 2015 foram registrados rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 87.980 (R\$ 48.347 em 2014).

6 Relações interfinanceiras - ativo

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Centralização financeira (i)	24.272	-
Fundo Garantidor de Depósitos (i)	2.771	5.963
Créditos vinculados	-	442
Cheques maiores remetidos a outros bancos	<u>125</u>	<u>79</u>
	<u>27.168</u>	<u>6.484</u>

- (i) Refere-se a depósitos efetuados na Confederação das Unicreds, sendo esses recursos próprios ou referentes ao Fundo Garantidor de Depósitos (FGD), conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015 do Bacen, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	8.522	11.482	20.004	7.978	9.087	17.065
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(85)	(71)	(156)	(80)	(91)	(171)
	8.437	11.411	19.848	7.898	8.996	16.894

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2015 Vincendas	2014 Vincendas
B	1	20.004	17.065

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2015	2014
2017	11.482	9.087

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(24)	(171)	(93)
Constituição da provisão	(156)	(181)	(406)
Reversão da provisão (nota 15)	24	196	328
Saldo final	<u>(156)</u>	<u>(156)</u>	<u>(171)</u>

8 Outros créditos

Descrição	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos salariais	5	-	5	9	-	9
Fornecedores	-	-	-	86	-	86
Adiantamentos Diversos	2	-	2	-	-	-
Devedores diversos no País	620	-	620	1.010	-	1.010
Devedores por depósito em garantia (nota 12 (iii))	-	864	864	-	840	840
	<u>627</u>	<u>864</u>	<u>1.491</u>	<u>1.105</u>	<u>840</u>	<u>1.945</u>

9 Investimentos

Descrição	2015	2014
Confederação das Unicreds (nota 19)	11.671	4.647
CNAC	15	15
	<u>11.686</u>	<u>4.662</u>

Os investimentos na Confederação das Unicreds (Unicred do Brasil) e CNAC são avaliados pelo método de custo. No exercício de 2015 a Cooperativa aumentou seu capital social na Confederação das Unicreds em R\$ 7.024 (R\$ 111 em 2014).

10 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2015	2014
				Líquido	Líquido
Edificações	4%	250	(198)	52	62
Instalações	10%	680	(673)	7	109
Móveis e equipamentos de uso	10%	252	(121)	131	166
Sistema de processamento de dados	20%	479	(354)	125	113
Sistema de comunicação	10%	7	(5)	2	2
Sistema de segurança	10%	5	(3)	2	3
		1.673	(1.354)	319	455

b Movimentação nos exercícios

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	1.574	(907)	667
Adições	43	(252)	(209)
Baixas	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.614	(1.159)	455
Adições	82	(198)	(116)
Baixas	(23)	3	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.673	(1.354)	319

11 Relações interfinanceiras – passivo

a Composição do saldo

Descrição	2015	2014
	Circulante	Circulante
Centralização financeira	762.073	554.155
Cheques e outros papéis recebidos	360	8
	762.433	554.163

b Concentração da centralização financeira

Descrição	2015		2014	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	278.239	37%	184.277	33%
10 maiores depositantes	756.781	99%	548.662	99%
11 maiores depositantes	762.073	100%	554.155	100%

A Administração da Cooperativa analisa não haver risco de concentração.

12 Outras obrigações

Descrição	2015			2014		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Sociais e estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	41	-	41	88	-	88
Fundo Garantidor de Depósitos (ii)	2.771	-	2771	5.963	-	5963
Cotas de Capital a pagar	384	-	384	513	-	513
	<u>3.196</u>	<u>-</u>	<u>3.196</u>	<u>6.564</u>	<u>-</u>	<u>6.564</u>
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	356	-	356	320	-	320
Diversas:						
Provisão para pagamentos a efetuar	474	-	474	339	-	339
Credores diversos no País	191	-	191	1.785	-	1785
Provisão para passivos contingentes (iii)	-	256	256	-	245	245
	<u>665</u>	<u>256</u>	<u>921</u>	<u>2.124</u>	<u>245</u>	<u>2369</u>
	<u>4.217</u>	<u>256</u>	<u>4.473</u>	<u>9.008</u>	<u>245</u>	<u>9.253</u>

(i) O Fates tem formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 13b).

(ii) Até o mês de março de 2014, a Cooperativa participava da constituição do Fundo Garantidor de Depósito (FGD) do Sistema Unicred e nas condições estabelecidas no regulamento próprio do fundo. A partir dessa data, passou a participar do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), instituído nos termos aprovados pela Resolução CMN nº 4.284 de 5 de novembro de 2013.

(iii) A Cooperativa, no desenvolvimento de suas atividades operacionais, está sujeita a demandas de naturezas tributária, civil e reclamações trabalhistas. Conforme sua assessoria jurídica as demandas tributárias montam R\$ 858, em 31 de dezembro de 2015, e estão classificadas como perda possível, mas não provável. A Administração da Cooperativa constituiu provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 256 e R\$ 245 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, julgado suficiente para fazer frente a eventuais perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal do Brasil em transações de sociedades cooperativas e processos cível e trabalhista. Existem depósitos judiciais de R\$ 864 e R\$ 840 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, suportando as demandas em andamento, registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 8). A composição em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 da provisão para passivos contingentes e dos depósitos judiciais em garantia efetuados é a seguinte:

Tributo	2015		2014	
	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia
PIS/ COFINS	206	176	183	153
CSLL	-	675	-	675
Cível e trabalhista	50	13	62	12
	256	864	245	840

A movimentação dos depósitos judiciais e da provisão para passivos contingentes foi a seguinte:

	Depósitos judiciais	Provisão para passivos contingentes
Saldo em 1º de janeiro de 2014	766	171
Depósitos realizados/ constituição de provisão	74	74
Saldo em 31 de dezembro de 2014	840	245
Depósitos realizados/ constituição de provisão	24	11
Saldo em 31 de dezembro de 2015	864	256

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas cotas integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, de 11 associadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2015, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.975 (R\$ 3.682 em 2014), com recursos provenientes das associadas. Não ocorreram baixas no exercício de 2015. Em 2014, ocorreram baixas no montante de R\$ 639, proveniente de associadas desligadas.

O capital social é de R\$ 28.710 e de R\$ 24.735 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

b Destinações legais e estatutárias

- 10% das sobras são destinados para a reserva legal para reparar perdas eventuais e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Também, os créditos não reclamados decorridos dez anos e excluídos os das contas de depósito se a lei não houver fixado prazo menor; os auxílios e doações sem destinação específica e as rendas não operacionais são incorporados nessa reserva; e
- 5% das sobras são destinadas para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates para à assistência e educação às suas associadas e empregados. Os serviços de assistência técnica, educacional e social a serem atendidos pelo respectivo fundo e ainda com recursos de convênios e provisões, podem ser executados mediante convênios com entidades especializadas, federações de cooperativas que mantenham tais serviços ou com outras cooperativas de médicos. Atendendo à instrução do Bacen, o Fates é registrado como

exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 12 (i)).

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados positivos com operações com não associados serão destinados ao FATES; as perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre as associadas na razão direta dos serviços usufruídos. O saldo remanescente das sobras ficará à disposição da Assembleia Geral que poderá distribuí-lo, capitalizá-lo ou criar outros fundos e provisões, com recursos obrigatoriamente destinados a fins específicos, com caráter temporário, fixando o modo de formação, aplicação e futura devolução às associadas que contribuíram para a sua formação.

c Aprovação da destinação das sobras acumuladas

Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas, respectivamente, em 21 de março de 2015 e 22 de março de 2014, foram aprovadas as destinações estatutárias das sobras dos exercícios de 2014 e de 2013, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

14 Outros dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>2º semestre</u>	<u>2015</u> <u>Exercício</u>	<u>2014</u> <u>Exercício</u>
Serviços do sistema financeiro	(19)	(44)	(319)
Serviços técnicos especializados	(190)	(397)	(596)
Processamento de dados	(302)	(607)	(880)
Viagem no país	(166)	(337)	(539)
Aluguéis	(129)	(257)	(192)
Despesas de comunicação	(71)	(133)	(763)
Outros dispêndios administrativos	<u>(356)</u>	<u>(739)</u>	<u>(12)</u>
	<u>(1.233)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>(3.301)</u>

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ressarcimento de dispêndios operacionais	11	46	221
Reversão de provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa (nota 7d)	24	196	328
Outros ingressos operacionais (i)	3.043	5.619	5.803
	3.078	5.861	6.352

(i) Refere-se aos dispêndios da Cooperativa que são ressarcidos pelas associadas. A Cooperativa possui uma relação de interdependência com as suas associadas, visto que o seu custo é reembolsado por elas. A Cooperativa é responsável por fiscalizar os processos e procedimentos administrativos, ganho em escala, normatização e padronização de documentos e prestar serviços, como processamento de folha de pagamento, contabilidade, compensação, centralização financeira, entre outros, exclusivamente às associadas.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as relações interfinanceiras (ativo e passivo), títulos e valores mobiliários e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

17 Seguros contratados

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18 Partes relacionadas

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Confederação das Unicred. (nota 9).

Considerando que a Cooperativa é uma cooperativa central, diversas operações são realizadas exclusivamente com suas associadas (cooperativas singulares), As operações com partes relacionadas, inclusive com diretores e conselheiros, são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica e estão assim resumidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
	Diretores e conselheiros	Diretores e conselheiros
Despesas com honorários	457	948
	457	948

19 Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil

A Cooperativa é filiada à Confederação das Unicreds, regida pela legislação cooperativista e normativos do Bacen. A Confederação representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras. Cabe ainda a Confederação o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar risco para a solidez de suas associadas ou do sistema.

Os saldos das transações da Cooperativa com a Confederação das Unicreds em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são os seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo circulante		
Centralização financeira (nota 6)	24.272	-
Fundo Garantidor de Depósitos (nota 6)	<u>2.771</u>	<u>5.963</u>
	<u>27.043</u>	<u>5.963</u>
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 9)	<u>11.671</u>	<u>4.647</u>

As operações são realizadas em condições normais de seu mercado e regulamentações internos.

20 Índice da Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 13,63% em 31 de dezembro de 2015 e 19,76% em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de referência – PR	26.927	26.855
RWA para risco de crédito – RWAcpad	186.967	110.765
RWA para risco de mercado – RWAm pad	6.768	19.804
RWA para risco operacional – RWAopad	3.836	5.364
Montante RWA	<u>197.571</u>	<u>135.933</u>
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	21.733	14.953
Margem sobre o PR considerando a Rban	<u>5.184</u>	<u>11.902</u>
Índice da Basileia	<u>13,63%</u>	<u>19,76%</u>

21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa

a Risco operacional

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de risco operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos.
- Comitê de Gestão de riscos

Além da apuração gerencial das perdas operacionais, é realizada também a apuração semestral da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), uma das parcelas que compõe o RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos

Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4.193/13. A metodologia utilizada para apuração da parcela RWAOPAD é o BIA (*Basic Indicator Approach*).

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Cooperativa.

b Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.464/07, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Cooperativa.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (RWAJUR / RWACAM / RWACOM / RWAACS / Rban), parcelas que compõem o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4.193/13, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular nº 3.429/09 do Banco Central do Brasil.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Cooperativa.

c Risco de crédito

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta Cooperativa implantou estrutura de gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (RWACPAD), parcela que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4.193/13.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Cooperativa.

d Risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.090/12, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Considerando que o passivo circulante é superior ao ativo circulante (nota 2 b.15), a Administração da Cooperativa entende não haver risco de liquidez.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

e Gestão de capital

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.988/11, esta instituição implantou estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo o processo contínuo de:

I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e

III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

Dr. Emerson Assis
Diretor Presidente

Dr. Bruno Antonini
Diretor Administrativo

Dr. José Luís Barreto Alves
Diretor Financeiro

Sr. Claudionor Moura
Contador CRC: 1SP 175526/O-9

*** fim ***